

## Coluna do Castello

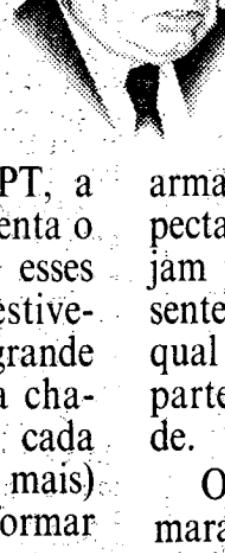
### O Congresso tenta fazer a sua parte

**P**arece ser mesmo uma fantasia, como indicou o deputado José Serra, essa história da formação de um bloco partidário envolvendo PMDB, PSDB e PT, a que agora se acrescenta o PCB. No passado esses mesmos partidos estiveram reunidos na grande frente democrática chamada MDB. Dela, cada um deles (e outros mais) se dissociou para formar os atuais partidos, que estariam reexaminando uma nova fusão sob a instigação da crise. Na verdade não se trata disso, mas apenas de um esforço situado no âmbito do Congresso e coordenado pelo presidente da Câmara para ação apropriada e própria para ajudar a resolver, independentemente de acordo com o governo, o impasse político e econômico.

As reuniões estão sendo promovidas pelo deputado Ibsen Pinheiro e nelas tenta-se identificar pautas de ação comum para assegurar a presença do Congresso no encaminhamento de projetos que possam ajudar a resolver os problemas. Esses projetos provêm do governo, da Presidência da República, e sua tramitação estaria paralisada não fosse esse esforço de partidos e bancadas de oposição para agir e ressalvar a posição do Poder Legislativo que não quer ser responsabilizado por falta de aprovação de medidas definidas como indispensáveis a tirar o país da inflação e da recessão.

O presidente Collor aparentemente desinteressou-se do entendimento nacional pelas resistências que encontrou da parte desses mesmos partidos que, desconfiados das intenções presidenciais, tentam agora selecionar nas suas propostas o que pareça essencial para votar e aprovar. A base parlamentar do governo demonstra desinteresse pelo andamento das emendas constitucionais numa atitude que poderá repetir-se com o projeto de lei de reforma tributária. Há pouca agilidade do bloco PFL-PRN e seus líderes como que estão paralisados pelo prévio conhecimento dos condicionamentos reivindicativos dos seus representantes. Suas bancadas não são mobilizáveis para votar em favor do governo a menos que haja atendimento específico e seja assegurada participação efetiva.

Não contando com sua bancada e não tendo sensibilizado para um entendimento em torno dos seus projetos os partidos de oposição, Collor estaria confiante na pressão dos acontecimentos para induzir as forças responsáveis a fazer a sua parte nesse difícil jogo em que as soluções terão de ser



filtradas por cima dos interesses políticos em conflito e impostas pelo desejo comum de tirar o país do buraco. Não tendo sido possível ao entendimento armar soluções fica a expectativa de que elas surjam precisamente do desentendimento, dentro do qual cada um assuma sua parte de responsabilidade.

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, entendeu a sutileza desse jogo e tomou a iniciativa de reunir lideranças para o exame objetivo do papel do Congresso e da matéria em debate para que se dê curso ao que surgir de um consenso momentâneo e circunstancial da representação parlamentar como adequado a oferecer meios para abordagem da crise. Esse parece ser o sentido das reuniões que tem promovido e que importam em óbvias consultas aos presidentes de partidos como Orestes Queríria e Tasso Jereissati.

Promove-se no âmbito do Congresso entendimento de emergência para atender a responsabilidade da instituição no andamento dos problemas nacionais. O que o governo não teve condições de fazer, até mesmo por não dominar sua própria base, o Congresso poderá fazer indicando ao governo o que pode lhe dar como instrumentos de solução dos problemas, selecionando as propostas de Collor para aprovar aquilo com que esteja de acordo e oferecendo outros meios consensuais para, a seu critério, dar sua própria colaboração.

De certo modo essa operação autônoma do Congresso atende ao presidente da República, que pretende fazer o que julga certo e espera que os demais responsáveis façam o mesmo, independentemente de tratativas e transações políticas. Pode ser que dessa coordenação de Ibsen Pinheiro emerja no futuro um novo partido cujo embrião vai sendo regado na base da conversa e de identificação de pontos comuns.

No caso dos tucanos não é previsível, dada a história da sua secessão, que eles voltem ao seio do PMDB. O PSDB, segundo os indicadores eleitorais, deverá ter seus excelentes quadros absorvidos mais cedo ou mais tarde por formações partidárias que conjuguem apelo eleitoral e responsabilidade ética e intelectual para a ação política. No Ceará há um embrião disso, mas dificilmente as lideranças cearenses assumiriam o comando de forças que devem ter seu peso específico em regiões como São Paulo, Minas e Rio de Janeiro.

**Carlos Castello Branco**